



**PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**ATA**

**218ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA  
SOCIAL  
- CNPS -**

**Brasília, 23 de Julho de 2015**

Esplanada dos Ministérios |Bloco F| sala 902| Brasília – DF

**MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS**

**ATA DA 218ª REUNIÃO ORDINÁRIA do CNPS**

**DATA:** 23 de Julho de 2015

**LOCAL:** Esplanada dos Ministérios - Ministério da Previdência Social, Anexo F, Sala 902

**PRESENCAS**

**Representantes do Governo**

MPS - Benedito Adalberto Brunca

MPS – Marcelo Siqueira Freitas

SPPS – Jaime Mariz de Faria Junior

MF – Jefferson Luis Bittencourt

IPEA – Marcelo Abi-Ramia Caetano

**Representações dos Aposentados e Pensionistas**

COBAP – Silberto Raimundo da Silva

SINDNAP – Andrea Angerami Correa da Silva Gato

SINTAPI/CUT - Gerson Maia de Carvalho

**Representações dos trabalhadores em atividade**

Força Sindical – Antonio Cortez Moraes

CONTAG – Evandro José Morello

CUT - Valeir Ertle

UGT – Miguel Salaberry Filho

CNPA – Daniel Alves Burle

### **Representação dos empregadores**

CNI – Rafael Ernesto Kieckbusch

CNC – Antonio Lisboa Cardoso

CNT – Jovenilson Alves de Souza

CNA – Vânia Gomes Ataídes da Silva

CNM – Jamille Lavalle Carvalho de Moura

### **Convidados**

Ubiramar Mendonça – DATAPREV

Paulo Henrique Coelho – DATAPREV

José Eduardo de Lima Vargas – SE/MPS

Regiane Ataíde da Costa – CNI

Alexandre Lemos Botelho - INSS

José Geraldo França Diniz - SOAD/MPS

Célia Medeiros – SPPS/MPS

Andre Rodrigues Veras – CRPS/MPS

Frederico Melo - CNA

Lester Ribeiro – BMG

Marco Antônio Gomes Pérez - DPSSO/MPS

Betyna Saldanha Corbal – DPSSO/MPS

Natal Léo – SINDIAPI/UGT

Dóris Leite – INSS

Eli Maria de Lara – SOAD/MPS

Alexandre Coelho Neto – SOAD/MPS

### **Ausências**

MPS – Carlos Eduardo Gabas

MPS – Rogério Nagamine Costanzi

MF – Caio Guimarães Figueiredo

INSS – Sergio Antonio Martins Carneiro

INSS - Elisete Berchiol da Silva Iwai

SRFB - Daniel Belmiro Fontes

MP – Amarildo Saldanha de Oliveira

SINDAP - Oswaldo Lourenço

COBAP – Moacir Meirelles de Oliveira

COBAP – Luis Adalberto da Silva

CONTAG – Jose Wilson de Souza Gonçalves

CNF – Walter Tadeu Pinto de Faria

## **I – ABERTURA**

Presidindo a Mesa, o Excelentíssimo Senhor Marcelo de Siqueira (SE/MPS) abriu a 218ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS e deu por iniciada a reunião.

## **II – EXPEDIENTE**

O Sr. Marcelo de Siqueira (SE/MPS) saudou a todos e, em seguida, socializou a pauta dos trabalhos para essa reunião, sugerindo inversão da pauta, uma vez que o assunto Proposta Orçamentária do Ministério da Previdência Social – PLOA/2016 é um dos assuntos mais relevantes da pauta, visto que, cuja aprovação é da competência deste Conselho Nacional de Previdência Social, por esse motivo a inversão de pauta. Após a mesma foi aprovada por todos os presentes. Em seguida, ele deu posse ao conselheiro representante da Sociedade Civil – Empregadores nesse Conselho, o Sr. Jovenilson de Souza, Membro Suplente pela Confederação Nacional de Transporte – CNT. Nessa oportunidade também empossou, o Sr. Gerson Maia de Carvalho, do Sindicato dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Idosos, filiado a CUT, para exercer a titularidade no CNPS. A seguir, ele deu as boas vindas aos conselheiros empossados e franqueou a palavra a eles. Primeiramente fez uso da palavra, o Sr. Jovenilson Alves de Souza (CNT), momento em que saudou a todos e disse esperar que essa representação lhe possibilitasse conhecimento, bem como na medida do possível, colaborar na execução dos trabalhos. O Sr. Gerson Maia de Carvalho (SINTAPI/CUT) fez uma breve apresentação da sua pessoa e, disse, ser um prazer fazer parte desse Colegiado. Novamente com a palavra, o Sr. Presidente deu um informe que não consta da pauta, contudo é de suma importância compartilhá-lo nessa ocasião, o mesmo diz respeito ao Conselho de Recursos da Previdência Social, o qual houve recentemente uma alteração do comando do Conselho de Recursos da Previdência Social, atualmente é presidido por

um servidor de carreira da Previdência Social, está no comando o Sr. André Rodrigues Veras (CRPS), ele assumiu com algumas solicitações feitas pelo Ministério da Previdência Social, tais como: Algumas alterações ou propostas de alteração em relação ao Conselho de Recursos da Previdência Social, questões mais institucionais e estruturais, operacionais, algumas delas alinhadas com colocações que esse Ministério vem recebendo ao longo do tempo de parte das entidades patronais, empregados e aposentados e, outras demandas identificadas como sendo relevantes de serem tratadas. Ele também falou da audiência pública no Congresso Nacional, realizada há 10 dias para discutir a situação do citado Conselho, nessa ocasião o Ministério de Previdência Social se fez presente, objetivando participar dos processos em relação a mudanças no Conselho de Recursos da Previdência Social. Disse, ainda, estar à disposição das representações desse Pleno para ouvir as sugestões de alguma entidade representativa em relação ao Conselho de Recursos de Previdência Social. Ele discorreu sobre as mudanças que precisam ser realizadas no CRPS, uma delas, é a busca de sugestões de aperfeiçoamento no seu modelo, um dos temas em evidência, diz respeito à forma de indicação dos membros do Conselho em função das alterações que ocorrerão no Conselho de Contribuintes no Ministério da Fazenda, como o Conselho de Contribuintes está preparando uma série de alterações, inclusive estão em consulta pública em relação à forma de seleção dos seus conselheiros, quando elas forem adotadas, esse Conselho deverá de alguma forma analisar quais delas são pertinentes de serem aproveitadas no CRPS, por conseguinte esse é um tema de interesse de todos e sua discussão deve ser ampliada na esfera do CNPS. Também falou da reunião do Grupo de Trabalho do Crédito Consignado, objeto da Medida Provisória nº 681, editada no último dia 10 de julho; das alterações de regras de limites do empréstimo consignado inseridas na Medida Provisória, cerca de dois meses atrás, essa alteração foi vetada pela Presidenta da República e na época do veto, não houve solicitação de veto por parte do Ministério da Previdência Social, o citado Ministério apenas apresentou a época a Presidência da República, informações em relação às demandas que havia recebido da sociedade quanto ao tema e foi encaminhada então a época ao Palácio, à demanda que veio da COBAP favorável a sanção da Medida àquela época, e a demanda que veio da Confederação Nacional de Instituições Financeiras era contrária a sanção e, portanto, favorável ao veto, e o Ministério, até por transparência deu ciência a época, a Presidência da República, de que havia duas interlocuções importantes da sociedade civil de forma contraditórias junto ao

Ministério da Previdência, e ao fim, por sugestão do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, esse dispositivo acabou sendo vetado e, na sequência, foi feito um acordo com o Parlamento de que ele seria em outras bases, em bases que o Governo considerasse mais razoáveis, efetivamente implementadas por meio de uma nova Medida Provisória, editada pela Presidência da República. Alertou sobre algumas dificuldades técnico/operacionais para implementação do novo texto no âmbito da Previdência Social, a DATAPREV tem sido pressionada nos últimos meses por uma série de alterações legislativas que tem ocorrido na legislação previdenciária e todas essas alterações, impactam significadamente a capacidade de desenvolvimento dela, essa capacidade está absolutamente absorvida pelas alterações legislativas já ocorridas com as MPs 664, 665, com as leis de conversão dessas duas MPs que alteraram as regras originais, previstas nas MPs, e depois com a MP 676 e agora a MP 681, sem contar a Lei Complementar das Domésticas que também demanda da DATAPREV algumas alterações no seu sistema, assim sendo, as alterações de sistema em relação ao empréstimo consignado, efetivamente operacionais, ocorrerão proximamente ao final do ano. O Sr. Benedito Adalberto Brunca (MPS) também se manifestou sobre o assunto e ressaltou a reunião do GT Crédito Consignado, realizada no dia 22/07/2015. Estiveram presentes vários dos representantes da sociedade civil, sobretudo dos aposentados e empregados, na oportunidade foi feita análise da apresentação feita na reunião do mês de maio, ocorrida no INSS, em que o conselheiro das instituições financeiras Walter Tadeu Pinto de Faria e o representante da ABBC, Renato Oliva, tinham feito uma proposição de realinhamento das taxas do teto, ou seja, das taxas de juros praticadas no empréstimo consignado, a partir daí, foram feitas algumas análises e na reunião do citado GT foram entregues dados, sobre essas informações aos representantes das instituições que aqui fazem parte desse Conselho. Registre-se, nem todos os conselheiros estavam na sua titularidade, contudo estavam representados pelos membros indicados. Relatou, ainda, que foram feitas considerações, análises e, um amplo debate, o qual ficou evidenciado ainda que com o posicionamento contrário da bancada dos empregados e aposentados, a necessidade desse Ministério amparar pelo menos até superar algumas dúvidas e alguns temas que tinham sido colocados. Também se fizeram presentes nessa reunião, o representante do Banco Central, Sr. Gustavo Santos, essa representação foi solicitada pelo Ministro Gabas ao Presidente do Banco Central. O decorrer dos debates, a sequência ficou de que até o dia 05 de agosto de 2015, as instituições financeiras vão

trazer mais detalhes, mais informações em relação à justificativa de seu pleito e, assim, possibilitar ter uma compreensão melhor da situação. A próxima reunião do GT Crédito Consignado está agendada para o dia 14 de agosto de 2015, às 10h00, oportunidade em que serão dados os encaminhamentos e, eventualmente pautar a matéria desse Conselho. Novamente com a palavra, o Sr. Presidente informou que prazo efetivo dado pela DATAPREV para adaptar o Sistema às novas mudanças da MP 681 é de 60 dias.

### **III – ORDEM DO DIA**

O Sr. Presidente, chamou o ponto de pauta “Proposta Orçamentária do Ministério da Previdência Social – PLOA/2016”. Antes, porém, teceu algumas considerações acerca do tema *in loco*. Ele disse que essa apresentação objetiva demonstrar para os membros do CNPS, algumas despesas da Previdência Social que precisam ser demarcadas e a principal delas e a que garante toda segurança e eficiência dessa operação, são os contratos da DATAPREV. Ele explicou em detalhes a tabela que consta o que está orçado ou contratado, especificamente o contrato desse Ministério com a DATAPREV. Destacou que ao longo do tempo foi possível manter esse contrato num valor estável e inclusive, nesse exercício de 2015. Houve uma renegociação com a DATAPREV, uma repactuação de alguns desses contratos para reduzir um pouco o seu valor, mantendo essa despesa dentro de patamares razoáveis. Disse, ainda, que não há orçamento suficiente para arcar com o valor citado no contrato, mesmo com todo esforço de redução do seu valor absoluto. Explicou toda a estratégia adotada para a diminuição de diárias e passagens; racionalização de gastos relevantes, para que não haja impacto em outras despesas que são mais importantes do ponto de vista da manutenção da máquina da Previdência Social, mas é preciso reconhecer que algumas dessas reduções de gastos com deslocamento, impactam áreas de fiscalização, então algumas atividades de fiscalização, não especificamente no Regime Geral, mas nos outros regimes, estão sofrendo impactos de restrição orçamentária de deslocamento. O outro grande contrato, além da DATAPREV que a Previdência Social possui é o contrato de vigilância, responsável por garantir ao INSS, a segurança operacional das agências da Previdência Social, enquanto elas estão abertas ao público e depois do expediente fechadas, bem como a segurança patrimonial das instalações. Ele também falou da redução das despesas em relação a outros contratos. Dito isto, ele passou a palavra ao Sr. José Geraldo França Diniz (SOAD/MPS) para que ele apresentasse a matéria em questão. Com a palavra, o Sr. José

Geraldo França Diniz (SOAD/MPS) iniciou a sua apresentação, explicando de forma pormenorizada o quadro 2014/2015 e a previsão para 2016 dos benefícios previdenciários, tais como, despesa; executado em 2014; LOA 2015; PLOA 2016 e, variação 2015/2016; Despesas Discricionárias e obrigatórias do Ministério da Previdência Social, administração direta, INSS e Previc; necessidade, limite e expansão; Proposta orçamentária do Ministério da Previdência Social; Principais Despesas do INSS; Proposta orçamentária da PREVIC. Também apresentou em pormenores o Funcionamento das Unidades do INSS; a Série Histórica da DATAPREV; Principais Despesas do MPS – SPPS; Principais Despesas do MPS no gabinete do ministro e tecnologia da informação; PDTI; CGLS e, Despesas da PREVIC, no que se refere a sua expansão. Concluída a apresentação, o Sr. Presidente teceu algumas considerações acerca do tema e, enfatizou que esse está sendo um ano muito difícil do ponto de vista da gestão do Ministério da Previdência e o ano que vem não deve ser um ano muito mais tranquilo do que esse, portanto é importante registrar que em momentos como esses, existe também a oportunidade ímpar de focar com muito empenho mais do que o normal em eficiência. A seguir, o Sr. Presidente deu a palavra aos conselheiros para as suas contribuições. Manifestaram-se: Valeir Ertle (CUT); Rafael Ernesto Kieckbush (CNI); Gerson Maia de Carvalho (SINTAPI/CUT); Antonio Cortez Morais (Força Sindical); Daniel Burle (CNPB); Silberto Silva (COBAP) e Miguel Salaberry (UGT). O conselheiro Miguel Salaberry (UGT) saudou os conselheiros empossados nessa data e, na continuidade questionou se essa apresentação permitia acolher sugestões dos conselheiros. A sua manifestação seria dada, a depender da resposta do Sr. Presidente, visto que existem alguns pontos na apresentação técnica que ele discorda. O Sr. Presidente respondeu que existe possibilidade de discutir pontualmente alguns itens, e se houver algum consenso de que tenha que haver algum tipo de alteração, poderá ser feita, contudo tem que ser nesse momento. Novamente com a palavra, o Sr. Miguel Salaberry (UGT) fez o seguinte pronunciamento: *“Faço apenas um comentário, de que essa apresentação é uma apresentação técnica, ela é estudada, essa redução infelizmente num ministério que é importantíssimo para todos nós, que um dia vamos nos aposentar, eu já sou aposentado, então eu entendo que uma discussão técnica como essa não pode, nós conselheiros aqui, nos manifestar a respeito plenamente a redução que foi feita, discordo da redução, eu acho que um planejamento nosso, eu sou sindicalista de base, tenho um orçamento dentro da minha entidade sindical, dentro da central que represento aqui que é a UGT, eu*

*não sou um técnico, mas entendo que a Previdência Social ela tem um orçamento, nós temos o problema da TI, que é importantíssimo, se nós não tivermos um setor de informática competente, com capacidade de acompanhar a evolução, não precisa o Ministério o daqui da Previdência junto com o do Trabalho, que eu acho que são conexos, as observações todas foram feitas eu entendo que a política para o governo toda ela é desconfortável para nós trabalhadores, nós é que pagamos a conta e eu simplesmente me manifesto contrário a essa redução, a UGT é contra essa redução aqui no Ministério, entendo que ela tem que ser aprovada na íntegra e apresentação que foi feita por um técnico, eu apenas discordaria a ele, quando o Ministério apresentar essa redução quando ele fala ali em extensão que seria uma complementação, nós temos que ser firmes, o Ministério tem que ser firme, o Ministro tem que ser firme no sentido que esse corte ele é prejudicial ao Ministério, a execução do trabalho político do Ministro e nós do Conselho não podemos aqui apenas aprovar aquilo que a Presidenta da República entende que tem que cortar, tem que cortar de outros Ministérios não importante como esse, então eu quero deixar a minha manifestação, a UGT é contra esses cortes, nós temos que mostrar que o orçamento foi feito baseado com elementos firmes e fortes e eu manifesto, concordo com todos os demais conselheiros que se manifestaram, todos são pelo que entendi todos são contra e eu não concordo com essa redução e eu como conselheiro tenho condições de não aprovar e eu não estou aprovando essa redução".* O Sr. Presidente esclareceu que a proposta submetida a aprovação desse Conselho, não respeita o limite de R\$ 1 bilhão 600 milhões dado pela equipe econômica e, sim, o que está sendo submetida a apreciação e deliberação desse Pleno, é uma proposta de R\$ 2 bilhões 381 milhões de reais que é R\$ 692 milhões de reais acima do limite permitido. O debate da matéria foi pontuado pelas principais despesas da Previdência Social, a questão do software que precisa ser melhorado e aperfeiçoado; diárias e passagens; solicitação de a DATAPREV promover uma apresentação nesse Conselho; trabalhar de forma mais conjunta na melhoria dos ambientes de negócios; identificação de alguns gastos e custos que muitas vezes não estão tão perceptíveis, seja do ponto de vista de uma empresa, seja do ponto de vista do Governo, no caso do Ministério da Previdência Social e todos seus Órgãos integrantes; Melhoria da Previdência Social nos processos de sua competência, mas é preciso melhorar a interação junto com as empresas e, assim, a sociedade ter um ganho de produtividade, agilidade em todas as ações, evitando, assim, o retrabalho, processos que acabem criando uma burocracia desnecessária; priorização

de ações, por exemplo, áreas de TI, Infraestrutura, DATAPREV são investimentos que quando são feitos, eles permitem ganhos no futuro e redução de custos; investir na parte do e-Social; projetos e demandas de extrema importância colocados na DATAPREV e que estão sendo proteladas, dada a restrição orçamentária, são projetos que poderiam ter sido desenvolvidos, mas que estão só ficando na espera; enxugamentos orçamentais, eles são acompanhados de uma perda de qualidade no serviço. O conselheiro Evandro José Morello (CONTAG) destacou ser imprescindível buscar um impulso para a questão de avaliar patrimônio imobiliário e, ver se realmente se consegue um capital, para ajudar na recomposição das receitas para finalidade da Previdência. Por fim, afirmou que é preciso encontrar um caminho para as soluções serem concretizadas. Concluído o debate, o Sr. Presidente esclareceu todas as intervenções feitas pelos conselheiros. Concluído, o debate, ele colocou a Proposta Orçamentária, no total de R\$ 2.381.328.435 bilhões com a discriminação feita pelo relator da matéria em processo de votação, sendo ela aprovada por Unanimidade. Registre-se, o conselheiro Miguel Salaberry (UGT) não votou, por não ter direito a voto. Colocou também em votação a proposta de adição feita pelo conselheiro Valeir Ertle (CUT), que a exemplo do que aconteceu no ano passado, o despacho de aprovação do Conselho, não somente aprove a proposta, como também reitere a necessidade de que especialmente do que diz respeito aos contratos com a DATAPREV, haja um esforço dos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, de atenderem a proposta orçamentária apresentada, sugestão aprovada por todos os presentes. Concluída a votação, o Sr. Presidente passou a condução dos trabalhos ao Sr. Benedito Adalberto Brunca (MPS). No exercício da presidência, o Sr. Benedito Adalberto Brunca (MPS) colocou para Aprovação a Ata da 218ª Reunião Ordinária do CNPS, realizada no dia 25 de Junho de 2015. Dispensada a sua leitura, a Ata foi submetida aos senhores conselheiros em regime de votação, sendo a mesma aprovada por Unanimidade dos presentes. Em seguida o Sr. Benedito Brunca chamou o seguinte ponto de pauta, logo, “Reconhecimento do Direito ao Benefício por Incapacidade”. O assunto foi exposto pela Sra. Dóris Ferreira Leite (INSS). Primeiramente, ela apresentou todo o contexto da matéria, a fim de que houvesse uma compreensão melhor dela por parte dos membros deste Pleno. A seguir, ela prestou esclarecimentos acerca da quantidade de contribuintes de pessoas físicas no sistema securitário, previdenciário, ou seja, a série histórica no período de 2007/2013; da escala ascendente progressiva e solicitações de benefícios requeridos previdenciários. Também falou em pormenores sobre a

Comparação Mensal do TMEA-PM das Superintendências; a Evolução mensal do número de APS com TMEA-PM acima de 30 dias; TMEA-PM das Gerências Executivas e a meta de plano de ação para 30 dias; total de segurados esperando atendimento da perícia médica em 24.06.2015; Benefícios por Incapacidade de Longa Duração; evolução do quadro de peritos; Recepção AX1 por ACP conseqüências, vantagens e desvantagens; Conclusão da perícia médica por Fase; Avaliação da capacidade laborativa modelo atual; Projetos Reconhecimento do BI em andamento no DIRSAT e DIRAT; Avaliação Por Equipe Multiprofissional Articulação da Seguridade Social; Pactuação com Setores Públicos, Privados e Representações da Sociedade, da União, Estados e Municípios. São nove Comitês Locais Intersetoriais, isto é, nove Acordos de Cooperação Técnica e Convênios firmados. Por fim, destacou a Lei nº 13.135, de 17 de junho 2015, Art. 60. § 5º que autoriza o INSS, nos casos de impossibilidade de realização de perícias médicas realizar convênios, termos de execução descentralizada, acordos de cooperação técnica para realização de perícia médica, por delegação ou simples cooperação técnica. I - órgãos e entidades públicos ou que integrem o Sistema Único de Saúde. Concluída a apresentação, o Sr. Presidente abriu a palavra para as manifestações. Fizeram uso da palavra, os senhores: Vânia Gomes Ataídes da Silva (CNA); Valeir Ertle (CUT); Marcelo Abi-Ramia (IPEA); Rafael Ernesto Kieckbush (CNI); Antonio Cortez Morais (Força Sindical); Evandro José Morello (CONTAG); Andrea Angerami Correa da Silva Gato (SINDNAPI); Gerson Maia de Carvalho (SINTAPI/CUT); Silberto Raimundo da Silva (COBAP). O debate ocorreu encima das seguintes questões elencadas: Como fica a perícia médica nesse período de greve? Solução para perícias médicas como uma das prioridades na pauta do CNPS, pois o tema é relevante e precisa de aprofundamento do debate, assim sendo, ela deveria ser o primeiro ponto de pauta; o CNPS tem uma responsabilidade, para ajudar contribuir, o movimento sindical, os aposentados, os empresários têm que fazer uma força tarefa, pata tanto, urge restabelecer o grupo de trabalho para que ele encontre e proponha alternativas para o tema posto; obtenção da estatística a respeito de quanto esses benefícios por incapacidade são decorrentes de acidentes de trajeto. Concluído o debate, o Sr. Presidente e a relatora prestaram esclarecimentos às dúvidas colocadas pelos membros desse Conselho. Na continuidade, o Sr. Presidente fez o seguinte pronunciamento: *“A regulamentação do tema em destaque tem como prioridade privilegiar os atores que são o SUS, para que os documentos emitidos por ele, não passe pelo crivo da realização da perícia, a gente está fechando*

*essa proposta do ponto de vista de regulamentação do parágrafo 5º e fazendo as tratativas com o SUS, não adianta a gente trazer aqui a apresentação da nossa proposta sem articulação com o SUS e aí se fala assim, mudou porque aquilo que a gente pensou de novo não teve a possibilidade de ouvir a parte operacional do SUS, o Acordo de Cooperação e, assim, por diante, então nós vamos assim que ocorrer essa reunião, ela já foi reagendada duas vezes por necessidade do Ministério da Saúde, a próxima que está prevista é para o dia 28, ou seja, semana que vem então à medida que ela ocorra, nós vamos ter os elementos para poder trazer aqui ao Conselho, para um debate os esclarecimentos, seja da parte dos pilotos que estão colocando, ou seja, da situação da regulamentação. O ponto que sempre agrava muito qualquer debate nesse sentido, e foi aqui mencionado hoje pelos conselheiros, porque assim a regra é a realização da perícia médica, e mesmo quando o segurado justifica que ele quer retornar ao trabalho, tem que entrar no ciclo da realização da perícia para receber a alta, eu novamente aqui anotei, esse é um tema que não é novo, um tema que é recorrente dentro dos debates, no momento de greve a situação fica mais acirrada porque se o ciclo normal já dificulta um pouco a operação e o retorno dele a atividade, numa situação de greve a situação dele fica mais agravada, mais explícita, eu vou debater com a equipe interna aqui no Ministério, com o INSS também, se não há alguma outra alternativa de a gente legitimar a pessoa possa ter uma forma mais simplificada, de poder acatar aquilo que é decisão dele porque do mesmo jeito que a gente só acata a decisão do pedido com manifestação do segurado ou com pleito com relação a perícia, se ele traz e faz o pedido de ele precisar da liberação, tem que avaliar se isso não pode ser polido independente dessa questão da perícia, acho que no contexto dos desafios que nós estamos aqui visualizando que é gerir um processo, são mais de 400 mil requerimentos ao mês, são um milhão quatrocentos mil benefícios, desses 700 mil são de longa duração, como aqui foram feitas as exposições, e que precisa ser dado tratamento, não é um número pequeno, a gente tem procurado identificar um pouco o perfil desses 700 mil, para entender, seja pelo tempo da duração, mas pelo tipo das ocorrências, que estão levando a essa perpetuação porque assim, não tem uma solução única possível de se pensar sobre perícia, ela tem em cada olhar, cada frente ser buscada alternativa, por isso os pilotos que estão colocados, por isso a análise dessa base de benefícios de longa duração, por isso a regulamentação da questão do parágrafo 5º para que a gente possa ter alternativas, porque não tem uma única solução capaz de fazer o enfrentamento nesse que é o nosso maior desafio, isso está nesse nível*

*do patamar para agente poder encontrar nessa situação e as tratativas anteriores já não foram válidas exatamente pelo debate que aqui se estabeleceu nos grupos, disseram se isso prosperar nós vamos ter mais problemas do que solução, com a possibilidade daqueles encaminhamentos, ou seja, às vezes transparece como sendo uma boa solução mas a medida que você explicita, executa, operacionaliza, algumas dessas situações como ações civis públicas que estão explicitando, a gente na verdade toma um caminho que não é uma solução, mas é um desvio que pode tornar o caminho mais difícil a relação do segurado conosco e a própria tomada de decisão assertiva reconhecendo aqueles casos e o enquadramento adequado, se é previdenciário ou se é acidentário, ficam então as sugestões a gente vai avaliar a questão da pauta, da nossa próxima reunião, já tinham situações remanescentes como a questão da dívida agora que a gente superou a questão orçamentária, e essa discussão da perícia, nós vamos avaliar aqui os vários pedidos, nós temos o crédito consignado com um item da nossa próxima pauta e aí a questão ou da dívida que foi aqui mencionada hoje novamente pelo próprio Secretário, apresentar como é que está o estado da arte da situação da lista dos grandes devedores, das dívidas, como é que está a questão da dívida ativa, e mesmo a questão do processo da modernização, da legislação da cobrança dessa dívida que ficou de ser buscada, tanto em relação a Fazenda, PGFN, como também em relação a AGU. Então, esse é um pouco do rol da pauta daquilo que a gente vai buscar viabilizar com os outros Órgãos, porque a gente vai ter que fazer convites, para poder viabilizar para a nossa próxima reunião”.*

#### **IV – INFORMES**

O Sr. Marco Antônio Gomes Pérez (DPSSO/SPPS/MPS) fez o informe sobre o andamento do GT FAP. Ele disse que no início do mês de agosto deverá ser feita uma homologação da unidade da DATAPREV em Santa Catarina, nessa oportunidade vai se tentar homologar um software que está sendo desenvolvido como extrator para poder facilitar as análises de recurso. Ele também falou dos pontos de ajuste do FAP, que precisam ser deliberados por esse Conselho, o mais premente e necessário de imediato, é a questão do cálculo do FAP por Estabelecimento e não mais por CNPJ raiz da empresa. Falou, ainda, sobre as reuniões realizadas pelo GT FAP. O Sr. Antonio Cortez Morais (Força Sindical) fez uso da palavra, momento em que entregou uma solicitação de sua Central para que seja fornecido o material discutido na esfera do GT FAP. O material requisitado será avaliado e, uma reunião do Fórum das Centrais Sindicais, que ocorrerá

no dia 29 de julho de 2015, na sede do Dieese, em São Paulo. Na continuidade, o Sr. Presidente passou a leitura na íntegra do texto da Resolução debatido sobre o orçamento. *“Resolve: Aprovar a proposta orçamentária do Ministério da Previdência Social para o exercício de 2016 a ser enviado ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão. Registre-se que o Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS manifestou a necessidade de que o Governo, sobretudo por meio dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e Fazenda, reconheça a importância de se valorizar a Dataprev como primordial para a garantia da melhora dos serviços prestados à população, as empresas e aos órgãos públicos com os quais mantêm contrato. Para tanto é necessário garantir os recursos essenciais para honrar os contratos da Previdência com a DATAPREV”*. Concluída a leitura, o Sr. Presidente informou que a referida Resolução será encaminhada ao Gabinete do Ministro da Previdência Social, para conhecimento e providências que se fizerem necessárias.

#### **V – OUTROS ASSUNTOS**

A 219ª reunião do CNPS será realizada no dia 27/08/2015, a pauta será definida pela secretaria executiva e encaminhada via e-mail para os conselheiros e conselheiras.

#### **VI – ENCERRAMENTO**

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a 218ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS. Para constar, eu, Benedito Adalberto Brunca (MPS) lavrei a presente Ata. Brasília, 23 de Julho de 2015.